

CONTRATO CEDAE N.º **080** /2018 (DP)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **ELETRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seu diretor ao final assinado, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE**, e a **ELETRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP**, sediada na Av. Palmeira nº 18, 2º andar, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS - CEP: 90.470-300, inscrita no CNPJ sob o nº 90.495.946/0001-69, neste ato por meio de seu Socio Administrador, ao final assinado, Sr. JEREMIAS WOLFF, brasileiro, engenheiro eletricitista, portador da carteira de Identidade nº 80.789.300-73(SSP/RS), inscrito no CPF sob nº 000.811.430-79, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA MIGRAÇÃO DE UNIDADES DA CEDAE PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE DE ENERGIA – ACL"** com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.144/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 311/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA MIGRAÇÃO DE UNIDADES DA CEDAE PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE DE ENERGIA – ACL"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº 311/2018**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **44 (quarenta e quatro) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

**Parágrafo Primeiro** - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CEDAE**.

**Parágrafo Segundo** - A etapa II (Assessoria no Processo e Migração ao Ambiente de Contratação Livre – ACL) será contada a partir do protocolo e aceite da carta de denúncia do contrato de fornecimento de energia atual, junto às Concessionárias de energia.

**Parágrafo Terceiro** - O prazo de execução será ajustado de comum acordo entre a **CONTRATADA** e **CEDAE**, caso a Concessionária de energia ou outro agente envolvido no projeto apresente exigências adicionais que ocasionem atividades não previstas.

#### **CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que





possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.

**Parágrafo Segundo** - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

**Parágrafo Quarto** - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

**Parágrafo Quinto** - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

**Parágrafo Sexto** - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

**Parágrafo Sétimo** - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

**Parágrafo Oitavo** - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

**Parágrafo Nono** - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

**Parágrafo Décimo** - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo Quarto** - Caberá ao Gestor do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Código Orçamentário: 33903982

Fonte: 10

Programa de Trabalho: 2200022016

Conta Contábil: 411110304

Centro de Custo: DP10000000

ID da Reserva Orçamentária: 2018000640

**Parágrafo Único** - As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO**

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 104.900,00 (cento e quatro mil e novecentos reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

**Parágrafo Primeiro** - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[ \frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a - Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

b - O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.

c - O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

d - Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

**Parágrafo Terceiro** - As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



**Parágrafo Primeiro** - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

**Parágrafo Segundo** - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o



prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 -. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

**Parágrafo Terceiro** - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**Parágrafo Quarto** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Quinto** - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sexto** - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

**Parágrafo Sétimo** - Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

**Parágrafo Oitavo** - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

**Parágrafo Nono** - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

**Parágrafo Décimo** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo nono da Cláusula Quarta do Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



**Parágrafo Primeiro:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

**Parágrafo Quarto** - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**Parágrafo Quinto** - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**Parágrafo Sexto** - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA— CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados de acordo com as condições do Cronograma Físico e Financeiro apresentado na proposta de preços da contratada, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VIII deste edital.

**Parágrafo Primeiro** - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

**Parágrafo Segundo** - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**Parágrafo Terceiro** - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

**Parágrafo Quarto** - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

**Parágrafo Quinto** - Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo terceiro, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de



Fiscalização.

**Parágrafo Sexto** - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo Sétimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**Parágrafo Oitavo** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o nono da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**Parágrafo Primeiro** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Segundo** - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a sub-rogação;; a subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização escrita da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Terceiro** - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

**Parágrafo Quinto** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**Parágrafo Sexto** - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**Parágrafo Sétimo** - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**Parágrafo Primeiro** - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:



- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**Parágrafo Segundo** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**Parágrafo Terceiro** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CEDAE**.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo, da cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.



a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**Parágrafo Oitavo** - O valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

**Parágrafo Nono** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo Décimo** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a **CEDAE**, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**Parágrafo Décimo Segundo** - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

**Parágrafo Décimo Quarto** - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**Parágrafo Décimo Quinto** - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**Parágrafo Primeiro** - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da



publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo Primeiro** - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

**Parágrafo Segundo** - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

**Parágrafo Primeiro** - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Segundo** - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS**

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados. **JEREMIAS WOLFF**, portador da carteira de Identidade nº 80.789.300-73(SSP/RJ), inscrito no CPF sob nº 000.811.430-79, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

**Parágrafo Segundo** - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação **por Pregão Eletrônico - 311/2018 - ASL-DP (Processo E-07/100.144/2017)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três)** vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 08 de JUNHO de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HELIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
Engº Jeremias Wolff  
Diretor  
**JEREMIAS WOLFF**  
Sócio Administrador

**Electric Consultoria e Serviços S.S.**  
**90.495.946/0001-69**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: Therese Lopes Bezerra RG: 200.165.1084

Ref. Contr-ELETRIC-CONSULTORIA-E-SERVIÇOS - contratação-de-prestacao-de-servicos-de-consultoria-VBO



## PORTARIA INEA PRES Nº 781 DE 08 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O GRUPO DE TRABALHO, CRIADO PELA PORTARIA INEA PRES Nº 703, DE 10/03/2017, PUBLICADA NO D.O. DE 15/03/2017.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 23 de maio 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria INEA/PRES nº 703, de 10/03/2017, publicada no Diário Oficial, em 15/03/2017, para elaborar Instrução Técnica e proceder à análise e acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à concepção e localização da implantação de terminal de armazenamento e transferência de óleo bunker e diesel no Porto Sudeste, localizado no Município de Itaguaí, sob a responsabilidade da empresa Porto Sudeste do Brasil S.A., conforme Processo Administrativo nº E-07/002.1329/2017.

Parágrafo Único - Substituir a servidora Denise Flores Lima, Id. Funcional nº 2151394-5, designada como Coordenadora do GT, pela servidora Fátima de Freitas Lopes Soares, Id. Funcional nº 2151173-0, como nova Coordenadora.

Art. 2º - Manter inalteradas as demais cláusulas instituídas pela Portaria INEA/PRES nº 703, de 10/03/2017, publicada no D.O. nº 48, em 15/03/2017, páginas 13.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do INEA

## PORTARIA INEA PRES Nº 782 DE 08 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O GRUPO DE TRABALHO, CRIADO PELA PORTARIA INEA PRES Nº 553, DE 22/09/2014, PUBLICADA NO D.O. DE 03/10/2014.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 23 de maio 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria INEA/PRES nº 553, de 22/09/2014, publicada no Diário Oficial em 03/10/2014, para elaborar Instrução Técnica e proceder à análise de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente ao projeto de ampliação de aterro sanitário no município de Macaé, sob a responsabilidade da Empresa Construtora Zadar LTDA., conforme Processo Administrativo nº E-07/002.7646/2014.

Parágrafo Único - Substituir o servidor Carlos Eduardo Soares Carneiro Pinheiro da Cunha, Id. Funcional nº 4320624-7, designado como Coordenador do GT, pelo servidor Breno Mauciano Pantoja da Silva, Id. Funcional nº 4437499-2, como novo Coordenador.

Art. 2º - Manter inalteradas as demais cláusulas instituídas pela Portaria INEA/PRES nº 553, de 22/09/2014, publicada no D.O. nº 185, em 03/10/2014, página 25.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do INEA

## PORTARIA INEA PRES Nº 783 DE 08 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O GRUPO DE TRABALHO, CRIADO PELA PORTARIA INEA PRES Nº 749, DE 30/11/2017, PUBLICADA NO D.O. DE 08/12/2017.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 23 de maio 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria INEA/PRES nº 749, de 30/11/2017, publicada no Diário Oficial em 08/12/2017, para elaborar Instrução Técnica e proceder à análise e acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à implantação do sistema de autoprodução de energia da planta da Ferroport, localizada no Município de São João da Barra, sob a responsabilidade da Empresa Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A., conforme Processo Administrativo nº E-07/002.10791/2017.

Parágrafo Único. Substituir a servidora Paulina Maria Porto Silva Cavalcanti, Id. Funcional nº 2151020-1, designada como Coordenadora do GT, pela servidora Silvia Carneiro Ferreira dos Santos, Id. Funcional nº 2148274-8, como nova Coordenadora.

Art. 2º - Manter inalteradas as demais cláusulas instituídas pela Portaria INEA/PRES nº 749, de 30/11/2017, publicada no D.O. nº 226, em 08/12/2017, páginas 13 e 14.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do INEA

## PORTARIA INEA PRES Nº 784 DE 08 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O GRUPO DE TRABALHO, CRIADO PELA PORTARIA INEA PRES Nº 758, DE 31/01/2018, PUBLICADA NO D.O. DE 02/02/2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 23 de maio 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria INEA/PRES nº 758, de 31/01/2018, publicada no Diário Oficial, em 02/02/2018, para elaborar Instrução Técnica e proceder à análise e acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à implantação de loteamento residencial, localizado no município de Paraty, sob a responsabilidade da empresa Selvam Imobiliária Ltda., conforme Processo Administrativo nº E-07/002.12662/2017.

Parágrafo Único. Substituir o servidor Daniel Marzullo Pinto, Id. Funcional nº 4461105-6, designado como Coordenador do GT, pelo servidor Rodrigo Tavares da Rocha, Id. Funcional nº 4257065-4, como novo Coordenador.

Art. 2º - Manter inalteradas as demais cláusulas instituídas pela Portaria INEA/PRES nº 758, de 31/01/2018, publicada no D.O. nº 24, em 02/02/2018, página 32.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do INEA

## PORTARIA INEA PRES Nº 785 DE 08 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O GRUPO DE TRABALHO, CRIADO PELA PORTARIA INEA PRES Nº 591, DE 18/03/2015, PUBLICADA NO BOLETIM DE SERVIÇOS DO INEA EM 18/03/2015.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 23 de maio 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria INEA/PRES nº 591, de 18/03/2015, publicada no Boletim de Serviços do INEA em 18/03/2015, para elaborar Instrução Técnica Específica e proceder à análise e acompanhamento de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para obras de complementação do Complexo Logístico e Industrial Farol/Barra do Furo, localizado no município de Campos dos Goytacazes, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, conforme Processo Administrativo nº E-07/002.12081/2014.

Parágrafo Único. Substituir a servidora Lirien Dias de Santana, Id. Funcional nº 4481178-1, designada como Coordenadora do GT, pela servidora Fátima de Freitas Lopes Soares, Id. Funcional nº 2151173-0, como nova Coordenadora.

Art. 2º - Manter inalteradas as demais cláusulas instituídas pela Portaria INEA/PRES nº 591, de 18/03/2015, publicada no Boletim de Serviços do INEA nº 45, de 18/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do INEA

## PORTARIA INEA PRES Nº 786 DE 08 DE JUNHO DE 2018

ALTERA O GRUPO DE TRABALHO, CRIADO PELA PORTARIA INEA PRES Nº 634, DE 23/11/2015, PUBLICADA NO D.O. DE 26/11/2015.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições, previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e conforme deliberação do Conselho Diretor deste Instituto, em reunião realizada no dia 23 de maio 2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria INEA/PRES nº 634, de 23/11/2015, publicada no Diário Oficial em 26/11/2015, para elaboração de Instrução Técnica e análise de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), referente à implantação do aeródromo particular, localizado no município de São João da Barra, sob a responsabilidade da Porto do Açúcar Operações S.A., conforme Processo Administrativo nº E-07/002.7859/2015.

Parágrafo Único - Substituir a servidora Denise Flores Lima, Id. Funcional nº 2151394-5, designada como Coordenadora do GT, pela servidora Silvia Carneiro Ferreira dos Santos, Id. Funcional nº 2148274-8, como nova Coordenadora.

Art. 2º - Manter inalteradas as demais cláusulas instituídas pela Portaria INEA/PRES nº 634, de 23/11/2015, publicada no D.O. nº 216, em 26/11/2015, página 19.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do INEA

## PORTARIA INEA PRES Nº 787 DE 12 DE JUNHO DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 014/2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/002.700/2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº 014/2018, firmado com INOVARA CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI.

Art. 2º - Designar Vanessa da Silva Flores Soares de Souza, Id. nº 4461240-0, na Supervisão do Contrato, as servadoras Vanessa Guerra dos Santos, Id. nº 4481241-3, e Bruno Waldman, Id. nº 5083324-3, na Fiscalização do Projeto, e a servidora Thaís Couto Cidade, Id. nº 5082484-8, como suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 11.06.2018

PROCESSO Nº E-07/006.557/2012 - APLICA a penalidade de advertência e multa a Empresa PROSPAN OBRAS E SERVIÇOS LTDA, no valor de R\$ 304.627,48 (trezentos e quatro mil seiscientos e vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, em decorrência do descumprimento do art. 35, do Decreto Estadual nº 3149/80 c/c o art. 26, inciso III, do Decreto nº 41.628/09, alterado pelo Decreto nº 45.430/2015. Processo nº E-07/006.557/2012 e Ofício INEA/DIRAM nº 147/2017.

Id: 2112473

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DO PRESIDENTE  
DE 08.06.2018

PRORROGA, por 30 (trinta) dias, a contar de 28/05/2018, o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº E-07/002.11945/17.

Id: 2112469

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO

APOSTILAS DO COORDENADOR  
DE 11.06.2018

CONTRATO INEA Nº 09/2016, celebrado em 12/05/2016, publicado no D.O. de 27/06/2016 - AUTORIZO a inclusão da dotação orçamentária abaixo relacionada para o pagamento do contrato, além daquela já prevista, firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente e Tecnogera - Locação e Transformação de Energia S/A, Processo nº E-07/002.6747/2015.

Programa de Trabalho: 2432.18.122.0002.2016  
Fonte de Recursos: 218  
Natureza da Despesa: 3390

CONTRATO INEA Nº 09/2016, celebrado em 12/05/2016, publicado no D.O. de 27/06/2016 - Fica reatualizado o valor mensal do contrato firmado com a TECNÓGERA - LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA S/A, alterando para R\$ 5.969,98 (cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), a contar de 21/03/2017, com a aplicação do índice INPC/IBGE acumulado de 4,57% divulgado em março/2017 e R\$ 6.063,12 (seis mil e sessenta e três reais e doze centavos) a contar de 21/03/2018, aplicando o índice INPC/IBGE acumulado de 1,56%, divulgado em março/2018. Processo nº E-07/002.6747/2015.

Id: 2112470

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO  
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DA GERENTE  
DE 11.06.2018

PROCESSO Nº E-08/221.758/2012 - FIXADOS, a partir de 20/06/2017, data efetiva da ratificação da fundação da aposentadoria, em cumprimento a decisão judicial nos autos do Processo nº 0473965-07.2016.8.19.0001, os proventos mensais de inatividade da servidora MARGARETH BRANCO GONÇALVES, Técnico Administrativo, matrícula nº 0218-8, Id. Funcional nº 2891003-9.

Id: 2112472

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 11/05/2018

DESIGNA JORGE LUIS COMES CAMPOS, Agente de Saneamento E, como Presidente, DIEGO FILIPPE COSTA, Engenheiro B e NELSON MENDES DO CARMO, Assessor Executivo, como membros titulares e ANA PAULA DOS SANTOS, Assessora de Departamento, como membro suplente, Gerente do Contrato GUSTAVO ALVES TANNURE, Engenheiro B, bem como NILO CHARLES MAIA DE OLIVEIRA, Contador B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA MIGRAÇÃO DE UNIDADES DA CDEAE PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE DE ENERGIA - ACL", de que trata o Processo nº E-07/100.144/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.135/2018.

Id: 2112487

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 21/05/2018

DESIGNA OCTAVIO LEGG NETO, Engenheiro E, como Presidente, JOSE SERGIO MEIRELES COSTA, Agente de Saneamento I, CARLOS HENRIQUE MARQUES, Agente de Saneamento G, como membros titulares e TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO, Engenheiro A, como membro suplente, Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA ANTUNES, Agente de Saneamento H e ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "SERVIÇOS DE REPARO DE UM MOTOR DE 1800HP DO ALTO RECALQUE DO GUANDU - ARG", de que trata o Processo nº E-07/100.099/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.141/2018.

Id: 2112486

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
PESCA E ABASTECIMENTO  
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ATO DA DIRETORIA-PRESIDENTE

## PORTARIA PRES/EMATER Nº 92 DE 11 DE JUNHO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO DE LEVANTAMENTO DO INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS DO ESCRITÓRIO CENTRAL.

A DIRETORIA-PRESIDENTE DA EMATER-RIO usando das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 32 do Estatuto Social da Empresa, e

CONSIDERANDO o que consta da CI EMATER/DIREA Nº 143, DE 08/06/2018,

## RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Levantamento do Inventário dos Bens Móveis das Unidades do Escritório Central da EMATER-RIO, composta dos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

FERNANDO CÉSAR FIGUEIREDO - Id. Funcional nº 26919630

MARCILIO FERNANDES DE FRANCA - Id. Funcional nº 44279361

PEDRO JORGE PEREIRA DE SOUZA - Id. Funcional nº 26918048

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Niterói, 11 de junho de 2018

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS  
Diretora-Presidente

Id: 2112333

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 24.05.2018

PROCESSO Nº E-02/003/19/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação Concessionária AMPLA SERVIÇOS DE ELÉTRICIDADE S/A, com base no art. 26 caput, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR  
DE 24.05.2018

PROCESSO Nº E-02/003/19/2018 - DISPENSA a licitação, com base no disposto no inciso XXII do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. ADJUDICO a prestação de serviços do objeto do presente administrativo à Concessionária Ampla Energia e Serviços S/A; AUTORIZO a despesa no valor estimado de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), visando atender as despesas com serviços de fornecimento de energia elétrica para o CEPAR, CEPDPL, CEPBUS, CEPH e CEPB, através da Concessionária Ampla Energia e Serviços S/A - ENEL, referente ao cumprimento do 1º semestre do Programa de Trabalho - 1354.20.122.0002.8021. Fonte de recurso 100. Modalidade de Aplicação 3390.00, do orçamento em vigor. A despesa em tela é identificada, nos termos dos Decretos nºs 46.289, de 20/04/2018 e 46.301, de 04/05/2018, por atender aos requisitos de preexistência, contínua e sua essencialidade se caracteriza pela necessidade de fornecimento de energia elétrica para os Centros Estaduais de Pesquisa relacionados na letra "c". Submetido a presente Dispensa de Licitação, à Presidência, para fins de Ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Id: 2112335

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 29.05.2018

PROCESSO Nº E-02/003/17/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, com base no art. 26 caput, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR  
DE 24.05.2018

PROCESSO Nº E-02/003/17/2018 - DECLARO a dispensa de licitação, com base no disposto no inciso XXII do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. ADJUDICO a prestação de serviços do objeto do presente administrativo à Concessionária Light Serviços de Eletricidade S/A. AUTORIZO a despesa, no valor estimado de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscientos reais), visando atender as despesas com serviços de fornecimento de energia elétrica para o CEPAD, através da Concessionária Light Serviços de Eletricidade S/A, referente ao cumprimento do 1º semestre de 2018, a emissão da respectiva Nota de Empenho, sendo a conta do Programa de Trabalho - 1354.20.122.0002.8021. Fonte de recurso 100. Modalidade de Aplicação 3390.00, do orçamento em vigor. A despesa em tela é identificada, nos termos dos Decretos nºs 46.289 de 20/04/2018 e 46.301, de



005/2018). PARTES: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e a Carl Von Ossietzky University - UOL (Alemanha). OBJETO: Vaga desenvolvedor atividades cooperativas do longo tempo. RECURSOS: Não há transferência de recursos financeiros entre as partes. PRAZO: 05 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA DA ASSINATURA: 25.01.2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-26/009/327/2018. \*Omitido no D.O. de 09.02.2018.

Id: 2112447

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## AVISOS

## CONCORRÊNCIA Nº 11/2018

A UERJ torna pública que realizará em 18/07/18, às 10h, a Licitação para Permissão de Uso de imóvel, sito à Rua Pedro Américo, 215 / 803 - Gávea - tipo maior oferta - Proc. UERJ E-26/007/5036/2015.

## CONCORRÊNCIA Nº 12/2018

A UERJ torna pública que realizará em 18/07/18, às 14h, a Licitação para Permissão de Uso de imóvel, sito à Rua Figueiredo Magalhães, 945 / 301 - Copacabana - tipo maior oferta - Proc. UERJ E-26/007/10571/2015.

## CONCORRÊNCIA Nº 13/2018

A UERJ torna pública que realizará em 20/07/18, às 10h, a Licitação para Permissão de Uso de imóvel, sito à Rua Soares Cabral, 54 / 803 - Laranjeiras - tipo maior oferta - Proc. UERJ E-26/007/183/2015. Conforme Decretos nº 45.109/2015 e nº 45.680/2016. Edital e anexos disponíveis em [www.dafuerj.br](http://www.dafuerj.br)

Id: 211769

## Secretaria de Estado de Transportes

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

## AVISOS

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 29 de junho de 2018, às 10h00min, no auditório do CLUBE DE ENGENHARIA, situado na Av. Rio Branco, 124, 18º andar - Rio de Janeiro, realizará leilão 0729/18, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. A cópia do edital poderá ser consultada através do site [www.detro.rj.gov.br](http://www.detro.rj.gov.br).

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02 de julho de 2018, às 10h00min, no auditório, situado AVENIDA TREZE DE MAIO Nº 47/903 - Rio de Janeiro, realizará leilão 0730/18, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 032. A cópia do edital poderá ser consultada através do site [www.detro.rj.gov.br](http://www.detro.rj.gov.br).

Id: 2112409

## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS

## EXTRATO DE ATA

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 0004/2018/247100-01. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de TUBOS DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS - Itens 1 a 34. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA. CNPJ nº 26.672.087/0001-62. PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação. DATA DA ASSINATURA: 12/06/2018. FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP02/17 - Processo nº E-07/100.223/2017.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a TABELA DE ITENS da Ata de Registro de Preços nº 0004/2018/247100-01 encontra-se à disposição dos interessados, no site [www.cedae.com.br/registrodeprecos](http://www.cedae.com.br/registrodeprecos), bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

Id: 2112402

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato INEA nº 16/2018. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e INTERAGUA QUÍMICA LTDA-ME. OBJETO: Prestação de serviço de limpeza e higienização de reservatórios de água e controle dos padrões de potabilidade de água consumida. VALOR: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais). DATA DA ASSINATURA: 11/06/2018. PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 11/06/2018, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência caso posterior à data conveniada nesta cláusula. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/1993. PROCESSO Nº E-07/002.1397/2017.

Id: 2112476

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EXTRATO DE TERMO

\*INSTRUMENTO: Termo de Doação INEA nº 16/2018. PARTES: Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Município de Cantagalo. OBJETO: Doação gratuita, livre e desembarcada de um veículo automotor especificado no Anexo da Ata de Assinatura: 12/03/2018. PROCESSO Nº E-07/002/1780/2018. \*Omitido no D.O. de 22/03/2018.

Id: 2112471

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo INEA nº 16/2018. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO. OBJETO: Prorrogação do Prazo de vigência do Contrato INEA nº 08/2015, relativo à contratação de estagiários. DATA DE ASSINATURA: 01 de junho de 2018. PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir 01/06/2018. VALOR: R\$ 61.350,00 (sessenta e um mil trezentos e cinquenta reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações, e da Cláusula Segunda do Contrato, assim como a concessão do reajuste contratual, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, e no Parágrafo Décimo Segundo da Cláusula Nona do Contrato. PROCESSO Nº E-07/002.491/2015.

Id: 2112475

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, nomeadas pela Portaria INEA/PRES nº 747 de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 012/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Oclema, Manutenção Preventiva, Corretiva e Fornecimento de Peças Automotivas, Acessórios e/ou Componentes de Reposição Novos e Genuínos.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/06/2018, às 10:45 horas.

Data limite para acolhimento das propostas: 26/06/2018, às 10:45 horas.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/06/2018, às 10:50 horas.

DATA E HORA DO PREGÃO: 26/06/2018, às 11:00 horas.

PORTAL: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br)

NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 21368

AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a entrega de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, nº 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2112474

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 080/2018 (DP).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ELETRIC CONSULTORIA E SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP.

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA MIGRAÇÃO DE UNIDADES DA CEDAE PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO DE ENERGIA - ACL".

PRAZO: 44 (quarenta e quatro) meses.

VALOR: R\$ 104.900,00 (cento e quatro mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.144/2017 (Pregão Eletrônico nº 311/2018).

Id: 2112488

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 079/2018 (DG).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SOS MÁQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI.

OBJETO: "SERVIÇO DE REPARO DE UM MOTOR DE 1800 HP DO ALTO RECALQUE DO GUANDU - ARG".

PRAZO: 90 (noventa) dias.

VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.099/2018 (Pregão Eletrônico nº 329/2018).

Id: 2112489

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 041/2015 (DE).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a GMP - GESTÃO DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO LTDA.

OBJETO: Suplementação da Reserva Orçamentária.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.

VALOR: R\$ 841.022,90 (oitocentos e quarenta e um mil vinte e dois reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/06/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.260/2013 (CN nº 203/2014).

Id: 2112491

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

\*INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 034/2015 (DF).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ELEVADORES OTIS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 156.461,64 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 21/05/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.198/2015 (IL nº 004/2015).

\*Omitido no D.O. de 23/05/2018.

Id: 2112490

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN nº 004/2016-ASL-1.1.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES da CEDAE comunica aos interessados que a análise das Propostas Técnicas apresentadas no certame em epígrafe teve o seguinte resultado: CONSORCIO CONCREMAT / ENCEIRA - ÁGUA PARA BAIXADA - Nota Técnica 96.

CONSORCIO COBRAPRE / TRACTEBEL - ÁGUA PARA BAIXADA - Nota Técnica 96.

CONSORCIO SENPAR - Nota Técnica 95.

BUREAU VERITAS - ESTÁTICA - Nota Técnica 96.

CONSORCIO AMBIENTAL / CONHIDRO - Nota Técnica 94, sendo que as razões para tal pontuação encontram-se em Parecer circunstanciado anexo ao processo nº E-17/100.188/2016, disponível no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao) para vistas aos interessados.

Id: 2112421

## Secretaria de Estado de Cultura

## EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, em cumprimento ao disposto na Lei nº 1954/92, torna público o deferimento da inscrição do projeto cultural em caráter excepcional e a Certificação de Aprovação de Projeto Cultural, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto nº 45.200, de 19 de junho de 2015.

Área Cultural: Música

01 I- Número do projeto: E-18/001/526/2018

II- Título do projeto: Arena N°1

III- Nome/Razão Social: Peck Promoções e Eventos Ltda.

do proponente

IV- CPF/CNPJ do proponente: 05.198.962/0001-10

NP

V- Valor total do projeto: 5.914.850,00

R\$

VI- Valor aprovado de: 4.930.728,18

captação R\$

VII- Produção Cultural: Nacional

Id: 2112207

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).

Assinado digitalmente em Quarta-feira, 13 de Junho de 2018 às 00:33:43 -0300.

## EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor dos patrocinadores abaixo:

01 Processo nº E-18/001/514/2018  
Projeto: Rio das Ostras Jazz & Blues Festival 2018  
Produção: Nacional Jazz Produções Artísticas Ltda.  
Proponente: 05.466.510/0001-72  
CPF/CNPJ: Valfreire Transporte e Serviços Ltda.  
Patrocinador: 18.516.305/0001-15  
CNPJ: Valor Total Incentivo: R\$ 40.000,00  
vado: Destinação Obrigatória Fundo (1/5) R\$ 8.000,00  
do Valor

Valor Total de R\$ 10.000,00  
Contrapartida

02 Processo nº E-18/001/526/2018  
Projeto: Arena N° 1  
Produção: Nacional  
Proponente: Peck Promoções e Eventos Ltda.  
CPF/CNPJ: 05.198.962/0001-10  
Patrocinador: Ambev S.A.  
CNPJ: 07.526.557/0043-01  
Valor Total Incentivo: R\$ 2.958.436,90  
vado: Destinação Obrigatória Fundo (1/5) R\$ 591.687,36  
do Valor

Valor Total de R\$ 1.972.291,27  
Contrapartida

Id: 2112424

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 13/16/2018. PARTES: FUNARJ e RAQUEL MOTA DO AMARAL. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO ARMANDO GONZAGA, para realização do evento cultural "SAMBÁ E JAZZ". DATA DA ASSINATURA: 24/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/44/2018.

INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 13/17/2018. PARTES: FUNARJ e LUCIANA BEATRIZ SAYESCHI EZARANI. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO ARMANDO GONZAGA, para realização do espetáculo "UM AMOR DE CARNAVAL". DATA DA ASSINATURA: 29/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/369/2018.

INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 13/16/2018. PARTES: FUNARJ e ALINE TREVAS VASSALI. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO ARMANDO GONZAGA, para realização do espetáculo "O TREM DA VIDA". DATA DA ASSINATURA: 03/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/348/2018.

\*Omitido no D.O. de 23/05/2018.

INSTRUMENTO: TPUT, com ônus, nº 13/16/2018. PARTES: FUNARJ e PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. OBJETO: Permissão de uso a utilização, a título precário do TEATRO ARMANDO GONZAGA, para realização do evento da "Festa da Cidade do Rio de Janeiro". DATA DA ASSINATURA: 21/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/440/2018.

\*Omitido no D.O. de 08/06/2018.

Id: 2112445

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

\*INSTRUMENTO: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGEM Nº 18/005/2018. PARTES: FUNARJ e ACCESS EDITORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. OBJETO: A reprodução das seguintes imagens: (I) "Panorama de Niterói" de autoria de Antônio Parreiras - IP 000070 e (II) "Monte de Estrada de São" de autoria de Antônio Parreiras - IP 001041. Obras pertencentes ao acervo museológico do MUSEU ANTONIO PARREIRAS - MAP, e será usada exclusivamente na composição de livro didático. Em contrapartida, a editora deverá fornecer 10 (dez) exemplares do livro didático "O Município de Niterói" ao Museu Antônio Parreiras e realizar o pagamento de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), estipulado de acordo com a Portaria FUNARJ nº 360, de 05/05/2016. DATA DE ASSINATURA: 08/05/2018. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/333/2018.

\*Omitido no D.O. de 29/05/2018.

Id: 2112151

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

\*INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/006/2018. PARTES: FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e GUSTAVO FONSECA HOMEM. OBJETO: Fica incluída na Cláusula Quarta do Termo de Permissão de Uso que ora se edita, uma sessão do espetáculo "RE-RATO". NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2018, quinta-feira, às 21 horas. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/1043/2017. DATA DE ASSINATURA: 25.01.2018.

\*Omitido no D.O. de 09/02/2018.

\*INSTRUMENTO: II TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/006/2018. PARTES: FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e XIRE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. OBJETO: Fica incluída na Cláusula Quarta do Termo de Permissão de Uso que ora se edita, uma sessão do espetáculo "MUSICA NA LAU-TERÇA-FEIRA", às 20:00 horas e 08 e 15 de abril de 2018 e 06 e 27 de maio de 2018, domingos, às 18:00 horas. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/979/2017. DATA DE ASSINATURA: 28.03.2018.

\*Omitido no D.O. de 17/04/2018.

\*INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO TPUT Nº 18/005/2018. PARTES: FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e RONALD ROSMA MARQUES. OBJETO: Ficam canceladas, a partir da assinatura do presente termo, as aulas de Terça-feira das 03h às 11h00 horas, do curso livre "OPINIAS DE TEATRO ARTE NÃO TEM IDADE", ministradas no TEATRO ARMANDO GONZAGA. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/281/2018. DATA DE ASSINATURA: 15.03.2018.

\*Omitido no D.O. de 04/05/2018.

\*INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/126/2018. PARTES: FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e RENATO PEREIRA COELHO. OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento as alterações da Cláusula Segunda do instrumento para se incluir um Parágrafo Único, e da Cláusula Quinta. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/289/2018. DATA DE ASSINATURA: 26.04.2018.

\*Omitido no D.O. de 18/05/2018.

\*INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/109/2018. PARTES: FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e COMUNS EVENTOS E PROJETOS CULTURAIS LTDA-ME. OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente instrumento a alteração da Cláusula Quarta do Termo de Permissão de Uso nº 18/109/2018, visando apresentações extras do espetáculo "TRAGAM-ME A CABEÇA DE LIMA BARRETO", nos dias 04 e 11/05/2018, sextas-feiras, às 18 horas. FUNDAMENTO: Proc. nº E-18/002/230/2018. DATA DE ASSINATURA: 03.05.2018.

\*Omitido no D.O. de 23/05/2018.

Id: 2112444